



# Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco

---

## Plano de Trabalho

**Comissão de Participação Popular**

**Tema: “Privatização das Rodovias Mineiras”**

— 2023/2024 —



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS



# Tema em Foco — Plano de trabalho

---

*Plano de trabalho da Comissão de Participação Popular para fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, o tema “Privatização das Rodovias Mineiras” no âmbito do Tema em Foco 2023/2024*

**Comissão de Participação Popular:**

Membros efetivos:

Marquinho Lemos – presidente

Ricardo Campos – vice-presidente

Doutor Jean Freire

Elismar Prado

Leleco Pimentel

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921



**Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco**  
**Comissão de Participação Popular**  
**— Plano de Trabalho —**

**Nota:** Plano de Trabalho aprovado em primeira versão, em 28 de setembro de 2023, e publicado no *Diário do Legislativo*, em 29 de setembro de 2023; revisado e aprovado em segunda versão, em 23 de maio de 2024.

**1) Tema escolhido:** Privatização das rodovias mineiras.

**2) Objetivo geral:**

Acompanhar o programa de concessões rodoviárias de Minas Gerais, estruturado em sete lotes: Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Varginha – Furnas, São João del-Rei, Itapeçerica – Lagoa da Prata, Arcos – Patos de Minas e Ouro Preto, e também as concessões das Rodovias MG-050, BR-491 e BR-265, que interligam a Região Metropolitana de Belo Horizonte à divisa com São Paulo, e das Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, entre Curvelo e Montes Claros, com foco na melhoria da qualidade das estradas mineiras e da segurança viária.

**3) Objetivos específicos:**

- I. analisar os editais e processos licitatórios dos lotes das concessões, bem como a formalização de contrato com as empresas vencedoras;
- II. analisar os processos e impactos da participação da população nas consultas públicas dos lotes a serem licitados;
- III. analisar os valores previstos para a cobrança de tarifas de pedágio e valores cobrados, quando for o caso;
- IV. analisar o repasse de recursos públicos às empresas concessionárias;
- V. verificar a realização das obras nas rodovias concedidas, quando for o caso (tais como operações tapa-buracos, limpeza da vegetação, implantação de placas de sinalização de trânsito, melhorias de acesso e adequações de pontes e viadutos, ampliação das plataformas das estradas, melhorias nas pavimentações, duplicações e acostamentos).

**4) Resultados esperados e indicadores:**

- Relatório do tema objeto do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco na comissão, contendo, em cada lote de concessão:
  - valores das cobranças de tarifas de pedágios, quando for o caso;
  - análise das obras realizadas em cada lote já licitado;
  - análise dos impactos das consultas públicas no planejamento de cada lote a ser licitado – resultados e atualizações a partir da participação da população e qualidade dos relatórios elaborados;
  - verificação da redução dos acidentes nas rodovias sob concessão até o segundo semestre de 2024, quando for o caso.

### **5) Atividades realizadas:**

As atividades da comissão tiveram início em 27/4/2023, quando foi apresentado o RQC 1.449/2023 para apreciação, de autoria do deputado Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular. Após aprovação, foi transformado no RQN 1.378/2023 e apresentado à Mesa para parecer. A partir de então, foram apresentados outros requerimentos e realizadas duas audiências públicas sobre a temática.

#### **Requerimento:**

Foi aprovado o seguinte requerimento:

#### RQN 1.378/2023

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a privatização de rodovias pelo governo do Estado, especificando-se quais são e quantos quilômetros se pretende privatizar; quais cidades terão praças de pedágio; em quais valores e prazos se darão essas concessões; quais as responsabilidades das possíveis concessionárias; como serão feitas as melhorias dessas rodovias; quais os prazos estipulados para conclusão das melhorias e o cronograma do processo e qual o valor das tarifas que serão cobradas pelas praças de pedágio aos usuários.

Status: Requerimento respondido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra.

#### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:**

Foram realizadas duas audiências públicas pela Comissão de Participação Popular com tal temática: a primeira, em 29/5/2023, em Ponte Nova, e a segunda, em 13/6/2023, em Belo Horizonte.

**A audiência pública de 29/5/2023 foi realizada em Ponte Nova com a finalidade de debater as novas propostas de privatização das rodovias mineiras, em especial o trecho da MG-356 (RQC 1.334/2023).**

Estiveram presentes na reunião representantes das seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Prefeitura Municipal de Teixeiras, Câmara Municipal de Teixeiras, Câmara Municipal de Ouro Preto, Câmara Municipal de Ponte Nova, Câmara dos Deputados – deputado federal Padre João.

Os representantes ressaltaram o alto preço do pedágio a ser cobrado. Conforme documentos disponíveis no *site* do governo (acesso em: <dataroom.mg.gov.br>), serão cobrados quatro pedágios em um trecho de 190,3km, que liga o Município de Nova Lima ao Município de Rio Casca. Segundo os estudos do modelo econômico-financeiro do Lote 7 – Ouro Preto, o pedágio de Nova Lima terá a cobrança de R\$14,51, podendo ser reduzido em até 20% caso haja interesse por parte da concessionária. Em relação às melhorias previstas, que devem ser realizadas em um prazo de 30 anos, constam a duplicação de 67km da BR-356, a implantação de 41km de faixa adicional, a implantação ou readequação de 66km de acostamento e a implantação do contorno rodoviário em Cachoeira do Campo, Distrito de Ouro Preto, que hoje é atravessado pela rodovia, entre outras. A relação entre o início da cobrança dos pedágios e o início das obras foi objeto de questionamento por parte dos participantes da audiência pública. Por isso a necessidade de obtenção de informações sobre a existência de acordo firmado entre o governo estadual e a União para realizar as melhorias na Rodovia BR-356.

Da reunião, foram apresentados os seguintes requerimentos:

RQC 2.434/2023

Requer seja realizada audiência pública para debater o Plano de Concessão/Privatização do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que abrange as Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329, conforme publicado no *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQC 2.437/2023

Requer seja realizada visita ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – para obter informações e discutir a inclusão da BR-356 no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQN 2.199/2023

Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ao Ministério de Infraestrutura e Transportes e ao ministro dos Transportes pedido de informações acerca da gestão da BR-356 no trecho entre o entroncamento do Residencial Alphaville, em Nova Lima, e o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão do referido trecho no Plano de Concessão/Privatização do lote 7 – Ouro Preto, conforme informações do *site* da Secretaria de Estado de Governo – Segov.

Status: Requerimento respondido pelo DNIT e pelo Ministério de Infraestrutura e Transportes.

#### RQN 2.200/2023

Requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre as consultas públicas com a finalidade de colher sugestões sobre a Concessão/Privatização do lote 7 – Ouro Preto, dos trechos das Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

#### RQN 2.201/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de informações sobre os termos de formalização do convênio entre o governo estadual e o governo federal para que o Estado assuma a gestão da BR-356 no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do condomínio Alphaville, em Nova Lima, até o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão dessa rodovia no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Segov.

Requerimento aprovado na forma do Substitutivo nº 1, publicado no *Diário do Legislativo* em 4/8/2023:

A Comissão de Participação Popular requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, combinado com o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a existência de formalização de acordo entre o governo de Minas Gerais e a União para que o Poder Executivo de Minas Gerais assuma a gestão da BR-356 no trecho que liga o entroncamento que dá acesso ao Município de Ouro Preto, na BR-040, região do condomínio Alphaville, em Nova Lima, até o Município de Mariana, tendo em vista a inclusão dessa rodovia no Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais no Lote 7 – Ouro Preto, conforme informações publicadas no *site* da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra. Requer ainda, caso exista a formalização de acordo, sejam encaminhadas informações sobre o conteúdo de suas cláusulas.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

**A audiência pública de 13/6/2023 foi realizada em Belo Horizonte, com a finalidade de debater o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais (RQC 2.495/2023).**

Estiveram presentes na reunião representantes das seguintes instituições: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Itabirito, Prefeitura Municipal de Teixeira, Câmara Municipal de Ponte Nova, Prefeitura Municipal de Acaiaca, Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros, Câmara Municipal de Raul Soares e Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Os representantes de tais instituições criticaram o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais, notadamente o valor previsto para a cobrança dos pedágios e a proposta de concessão do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que compreende a concessão de 187,3km, abrangendo a Rodovia BR-356, entre Nova Lima (Região Metropolitana de Belo Horizonte) e Ouro Preto (Central), e as Rodovias MG-262 e MG-329.

Da reunião ,foram apresentados os seguintes requerimentos:

RQN 2.750/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para incorporar, nos estudos de viabilidade econômico-financeira do Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais, a isenção de cobrança de veículos com mais de 15 anos e todos os veículos oficiais dos entes federados nas praças de pedágio das rodovias que serão objeto de concessão pelo Estado.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.751/2023

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a responsabilidade e o planejamento de manutenção das estradas vicinais que ligam as rodovias mineiras que fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.752/2023

Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas à elaboração de projeto executivo para a construção de um contorno rodoviário no perímetro do Município de Raul Soares.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

**Sobre as rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, entre Curvelo e Montes Claros, foram aprovados os seguintes requerimentos:**

RQC 589/2023

Requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da tarifa do pedágio na BR-135, administrada pela Eco135.

Status: Requerimento aprovado na comissão.

RQN 2.184/2024

Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o Contrato de Concessão nº 004/2018, firmado em 19/6/2018, e sobre as obras de duplicação do trecho entre Curvelo e Montes Claros, especificando o cumprimento dos cronogramas e as etapas atuais e futuras das obras, o cumprimento das metas e objetivos do contrato, os recursos financeiros arrecadados com a cobrança dos pedágios e os recursos financeiros transferidos ao Estado e ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans –, nos termos do item 36.2.1, bem como o saldo atual existente em conta bancária.

Status: Requerimento respondido pela Seinfra.

RQN 2.185/2024

Requer seja encaminhado ao diretor-superintendente da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., em Curvelo, pedido de informações sobre o Contrato de Concessão nº 4/2018, firmado em 19/6/2018, e sobre as obras de duplicação do trecho entre Curvelo e Montes Claros, especificando o cumprimento dos cronogramas e as etapas atuais e futuras das obras, o cumprimento das metas e objetivos do contrato, os recursos financeiros arrecadados com a cobrança dos pedágios e os recursos financeiros transferidos ao Estado e ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes – Funtrans –, nos termos do item 36.2.1, bem como o saldo atual existente em conta bancária.

Status: Requerimento respondido pela Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

RQN 5.632/2024

Requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja solicitada à Empresa Eco135, concessionária que administra as rodovias que ligam o Município de Curvelo ao Município de Montes Claros, a doação dos materiais necessários ao cascalhamento da LMG-654, para garantir a segurança e as condições de drenagem nessa estrada, uma vez que o DER-MG alega não haver cascalhamento licenciado para o atendimento às demandas da região do entorno do Município de Montes Claros.

Status: Requerimento respondido pelo DER-MG e pela Seinfra.

## 6) Cronograma de atividades:

### Atividades realizadas em 2023, conforme informado no item 5:

ATIVIDADES 2023	MAI	JUN	JUL
RQN 1.378/2023 – Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a privatização de rodovias pelo governo do Estado, especificando-se quais são e quantos quilômetros se pretende privatizar; quais cidades terão praças de pedágio; em quais valores e prazos se darão essas concessões; quais as responsabilidades das possíveis concessionárias; como serão feitas as melhorias dessas rodovias; quais os prazos estipulados para a conclusão das melhorias e o cronograma do processo; e qual o valor das tarifas que serão cobradas pelas praças de pedágio aos usuários (vide item 5).	4		
RQC 1.334/2023 – Audiência pública realizada com a finalidade de debater as novas propostas de privatização das rodovias mineiras, em especial o trecho da MG-356 (vide item 5).	29		
RQC 2.495/2023 – Audiência pública realizada com a finalidade de debater o Programa de Concessões Rodoviárias de Minas Gerais (vide item 5).		16	

### Atividades previstas para 2024:

ATIVIDADES 2024	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Visita ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – para obter informações e discutir a inclusão da BR-356 no Plano de Concessão/Privatização do Lote 7 – Ouro Preto (RQC 2.437/2023).	X					
Audiência pública para debater o Plano de Concessão/Privatização do Lote Rodoviário 7 – Ouro Preto, que abrange as Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329 (RQC 2.434/2023).		X				
Audiência pública para debater o andamento das obras dos lotes 1 (Triângulo Mineiro), 2 (Sul de Minas) e 3 (Varginha – Furnas) e a situação dos processos licitatórios dos lotes 4 (São João del-Rei), 5 (Itapecerica – Lagoa da Prata) e 6 (Arcos – Patos de Minas).		X				
Audiência pública para debater o aumento da tarifa do pedágio na BR-135, administrada pela Eco135 (RQC 589/2023).			X			
Audiência pública para debater a situação da concessão das rodovias MG-050, BR-491 e BR-265, que interligam a Região Metropolitana de Belo Horizonte à divisa com São Paulo.			X			
Elaboração de relatório final			X	X		
Apreciação de relatório final					X	

Sala das Comissões, 23 de maio de 2024.

Deputado Marquinho Lemos, presidente.